

## ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 27 DE JUNHO DE 2011

### Acta n.º 15

Ao vigésimo sétimo dia do mês de Junho do ano de dois mil e onze, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:35 horas, na sala de reuniões do edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de catorze de Junho e Aditamento de vinte e dois de Junho de 2011, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

**PONTO PRIMEIRO:** Aprovação da acta da sessão de 22/02/2011; -----

**PONTO SEGUNDO:** Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Art.53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

**PONTO TERCEIRO:** Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Art.53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

**PONTO QUARTO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da alteração ao Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município de Albufeira, nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º5A/2002 de 11 de Janeiro; -----

**PONTO QUINTO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da alteração ao Regulamento de Cedência de Veículos de Passageiros do Município de Albufeira, nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º5A/2002 de 11 de Janeiro; -----

**PONTO SEXTO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da alteração ao Regulamento do projecto "Educação no Verão", nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º5A/2002 de 11 de Janeiro; -----

**PONTO SETIMO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para concessão de uma rede de bicicletas de uso partilhado, nos termos da alínea q) do n.º 2 do art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º5A/2002 de 11 de Janeiro;-----

**PONTO OITAVO:** Apreciação e deliberação sob proposta do Presidente da Câmara Municipal por delegação de poderes da Câmara Municipal de 22/10/2009, do concurso público para fornecimento contínuo de contadores de água incluindo sistema de telemetria domiciliária até ao limite de 300.000,00 € acrescido de IVA - 2011/2012/2013, nos termos da alínea q) do n.º 2 do art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º5A/2002 de 11 de Janeiro; -----

**PONTO NONO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da alteração ao Regulamento dos horários de funcionamento de estabelecimentos comerciais do Município de Albufeira, nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º5A/2002 de 11 de Janeiro; -----

**ADITAMENTO:** -----

**PONTO DECIMO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da constituição do direito de superfície a favor da AHSA - Associação Humanitária de Solidariedade de Albufeira de uma parcela de terreno, sita nos Calços, nos termos da alínea i) do n.º2 do art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

**PONTO DECIMO PRIMEIRO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da 3ª revisão das Grandes Opções do Plano 2011/2014, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

**PONTO DECIMO SEGUNDO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da 3ª revisão do Orçamento para o ano 2011, incluindo o Mapa de Pessoal, nos termos da alínea b) do n.º2 do art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

A Segundo-Secretário faz a chamada: -----

**PRESENCAS:** -----

Feita a chamada constatou-se estarem presentes os seguintes membros da Assembleia Municipal: Carlos Eduardo da Silva e Sousa (PSD), Francisco João Magalhães Calhau (PSD), Vitor Manuel Clemente da Silva (PS), Anabela Santos Nobre (PSD), Nuno Miguel Martins Lage e Lisboa (PSD), Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão (PSD), Francisco José Pereira de Oliveira (PS), Ana Cristina Neves Pinto de Oliveira (PSD), Vítor José Correia Maria Vieira (PSD), Florbela de Jesus Palma Caixinha (PS), Carlos Duarte Vieira Gabriel (PSD), Maria Isabel Rodrigues Mateus (PSD), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (PSD), Carlos Alberto da Volta Milheiro Lima (PS), Pedro Tiago da Costa Chambel Farinha (PSD), Helena Maria Palhota Dias Simões (PSD), Luís Filipe Mendonça dos Reis (PS), Maria do Rosário Calvino Charrua (BE), Carlos Augusto Cabrita dos Santos (PSD), Miguel Alexandre Correia Mesquita (PSD) (21:50h), Alberto Esteves do Rego Saraiva (PSD), os Presidentes das Juntas de Freguesia, Helder Manuel Rodrigues Sousa (Albufeira), Jorge Miguel Valente de Sanches Vicente (Ferreiras) (21:45h), Joaquim Manuel Correia Vieira (Guia) e Francisco Manuel Fernandes Guerreiro (Paderne). -----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara, Desidério Jorge da Silva, dos Vereadores em regime de permanência, José Carlos Martins Rolo (22:10h), Marlene Martins Dias da Silva, Carlos Sérgio Freire Quintino e José Manuel Bota Sequeira e em regime de não permanência, o Vereador David Martins. -----

**FALTAS:** Maria Eugénia Xufre Baptista, Paulo Alexandre Figueiredo Freitas, Ana Luísa Sousa Simões e Indaleta Maria Ribeiro da Ponte Cabrita (Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água). -----

**SUBSTITUIÇÕES:** Face aos pedidos de substituição apresentados pelos Membros, Eugénia Baptista, Paulo Freitas e Ana Simões, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem das respectivas listas, os Membros, Anabela Nobre, Nuno Lisboa e Alberto Saraiva. -----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia abre o período destinado ao público. -----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Marina Poupá - "Boa a noite a todos os presentes. Eu ando no RVCC na EBSA e em conversa entre colegas, contaram-me uma coisa um bocado esquisita, a qual fui averiguar e, realmente é verdade. Um colega meu está desempregado, como todos os que lá andamos, recebe subsídio de desemprego e tem de fazer a apresentação periódica, reside nos Olhos d'Água e disse-me que os Olhos d'Água é a única freguesia que não faz essas apresentações periódicas. Tem de se deslocar, onerosamente, a Albufeira. Porquê? Já basta o "Giro" não ir aos Olhos d'Água e, agora, não cumprem esta burocracia. Eu começo a concordar que certas Juntas de Freguesia deveriam desaparecer e fundirem-se com outras, tal como aconteceu com os Governos Cívicos. Em Ferreiras, Paderne e Albufeira, pode-se fazer essas apresentações. Estive no Terminal Rodoviário, novamente. Já conheci o novo chefe, que me fez as queixas idênticas ao anterior e disse "*Enquanto há dois chuteiros, há ping-pong*". Um manda para o outro. O Sr. Bruno, queixou-se exactamente do mesmo que o Sr. Franklin. Que a Câmara se tenta livrar ao máximo, que os ciganos continuam a proliferar. Eu não tenho nada contra os ciganos. No outro dia, uns moços que ocuparam uma casa ilegalmente no Cerro Grande e até roubaram tudo o que havia na cantina da escola e foram de lá retirados sem se preocuparem em realojá-los. E os ciganos continuam a proliferar lá, porquê? E não é só lá, é também na Urbanização em frente, dormem ali a sesta e deixam tudo cheio de lixo, como se pode ver e ninguém faz nada, nem a GNR, nem a Câmara. Temos Polícia Municipal, temos tudo e não fazemos nada. Peço desculpa se estou a ser agressiva, mas é agressivo para as pessoas passarem por os sítios e verem plátexes que serviram de sesta para os ciganos e restos de almoço, naquele relvado da Urbanização em frente ao Terminal. Também já falei disso com o Sr. Comandante da GNR, Frazão Ferreira, e ele disse que da parte dele ia fazer o que fosse preciso porque já tem recebido queixas, mas a Câmara, também, está a deixar proliferar a aldeia que ali está. Eu, se for para algum sítio e estiver lá ilegal, mandam-me embora e ainda sou autuada. Eu só quero igualdade de direitos e justiça, mais nada. São pessoas como nós, independentemente de terem outra etnia. Porque é que eles podem estar numa propriedade privada e sem descontarem para a Caixa, nem nada. Todas as pessoas se queixam. Está tudo à vista. E os lanches que vão fazer ao "Panito Mole", que não tem sanitários próprios, o que eu estranho bastante. Eu frequento muito esta zona, vou muito a Faro, por necessidades e burocracias, próprias. E segundo os dois Chefes, usurpam a electricidade. A EVA é que está a pagar a factura da electricidade que eles gastam. E segundo eles, ainda não obtiveram resposta da Câmara porque o contrato não está explícito. É normal que me torne agressiva, porque uma fera quando se fere torna-se agressiva. O não ter respostas para perguntas óbvias, torna-me agressiva. Estou desempregada, tive de recusar três propostas de emprego, porque não tenho meios. Queriam-me mandar para a Rocha Baixinha, para os Salgados ou para o "Alpinos". Eu disse que não tinha meios de regressar para casa e perguntei se podia apanhar boleia de colegas. Disseram-me que não, porque os colegas podiam não ter seguro. O que se acabou por verificar agora com o Angélico Vieira, o problema que é

andar sem seguro, andar a apanhar boleias. Não é bom apanhar boleias. E quando há os dilúvios, que o quartel da GNR sofre com isso. Até pôs a Câmara em Tribunal, eu vi na imprensa. Quem é que me salvava do dilúvio? Eu, infelizmente, não trabalho porque não tenho meios. Estou a equacionar ir embora de Albufeira, mas a minha filha já me implorou para não sair daqui. Não quero ser como os ratos, ser a primeira a abandonar o navio. Eu peço meios. É legítimo. Peço desculpa por estar a bater sempre na mesma tecla. Eu também tenho família e também tenho de "a aturar", no bom sentido. Também é penoso para mim. Penoso, porque quero mexer-me e sinto-me presa. Não me dão meios. Porque é que Albufeira não tem. Sou uma pessoa que no trabalho sou íntegra, não fumo, não bebo, não me drogo, não gosto de intrigas e gosto de evoluir, crescer e aprender. Ajude-me a crescer para poder criar uma filha que possa olhar para o futuro a sorrir. Pode ser a crise. Foi mais uma, é passageira, e vamos vencê-las todas. Obrigada a todos." -----

Carlos Ventura - "Eu estou aqui por o seguinte: roubaram-me, com a autorização da Câmara, terreno na frente, terreno atrás, não me deixaram construir uma residencial. E penso que, a crise que está agora, foi devido às calúnias, às misérias e às peripécias que fizeram às pessoas. Rir é bom, mas rir por prazer de gozar, é outra coisa. Na Assembleia em Paderne o Sr. Presidente citou que a casa era do Sr. Presidente. Agradeceu a simpatia por o ter recebido na casa dele. Não! Aquela Casa do Povo, não é dele, pertence à comunidade portuguesa em geral. Houve uma altura, não sabia como isto funcionava, estive em França e as coisas funcionavam de outra forma, foi-me dito para me calar, mas as coisas não funcionam dessa forma, aí não há democracia. Quando nós falamos, depois temos meios para dar resposta. Eu quando vejo Albufeira, a terra onde nasci, com as misérias que fizeram, penso que as pessoas que têm estado aqui durante muitos anos e outros há pouco tempo, têm estado a brincar com isto, porque quando se faz quilómetros e quilómetros de lancil e chega-se aos quarenta e cinco metros da minha casa e não se faz. Quando, o camião da Câmara, naquela altura, ia buscar porcaria, fazia um rego de propósito, e depois cheira três, quatro horas mal. Isto nem nos países árabes acontece. Nesta terra não existe consciência. Penso que andaram a brincar com o povo. E agora o que sucede? Sucedem a crise que está! Eu penso que a Câmara Municipal de Albufeira deveria ter outro olhar e manifestar-se mais à situação da GNR, que multam em locais que não fazem mal nenhum. Uma vez apanhei uma multa numa rua de sentido único. Há três, quatro dias, houve um assalto a um casal de estrangeiros. A GNR em vez de estar a passar multas, devia estar com atenção nesses casos. Eu sei que é complicado andar atrás de cada gatuno, mas devia estar a tratar das pessoas que têm trabalho e querem comer. Somos um país de melindrosas, de cobardes, penso eu, porque o que se passa neste país é algo terrível. E eu digo e torno a repetir, fiz três vezes greve de fome, uma em casa e duas aqui. Houve pessoas que consideraram que eu não tinha feito greve de fome, mas eu fiz. Fui considerado, por muitos, parvo e estúpido. Não tenho nada contra ninguém, mas uma vez ouvi o Sr. Presidente Desidério dizer "*Eu não faço festas em Albufeira. Dizem para eu não fazer festas*". Evidentemente que o povo quer é festas, mas não se



importam que no outro dia de manhã, haja problemas. Albufeira deve setenta e oito milhões. Quando se fez estradas, os construtores apareceram; quando se faz pontes, os construtores aparecem; quando se faz um parque em Albufeira, os construtores aparecem; pergunto, se não há um olhar, do alto, de forma a controlar os dinheiros que pertencem à comunidade de Albufeira. Não me devem responder, como acontece na maior parte das vezes. Para finalizar. Hoje há falta de trabalho em Albufeira, mas quando eu tive "porta aberta", as pessoas diziam que não queriam trabalhar. Já disse e volto a dizer, enquanto for vivo e possa, virei sempre aqui às reuniões. O culpado disto, somos todos, mas há uns que têm mais culpa do que outros. Quando se dá a pessoas que não se devia dar, quando há pessoas que aproveitam e não devia aproveitar, há um desequilíbrio total da sociedade onde vivemos. Eu tento fugir desta sociedade, que é minha, porque a sociedade deve ser algo em que as pessoas se devem compreender e esta lacuna que existe agora em Albufeira e no nosso país, de as pessoas não sentirem segurança, deveria ter sido tomado em atenção para que não chegasse ao ponto onde chegou. Portanto, as pessoas que votam e que não votam nesta comarca, vós sois culpadas. Até penso que, pessoas aqui presentes, se deveriam demitir. Eu digo e repito, nem que me dessem um milhão de euros, eu sou sempre a mesma pessoa. Há pessoas que pensam que vim para me valorizar. Não! Não vim para a fotografia. Não foi para a fotografia. O meu nome é, Carlos, de Albufeira. As pessoas que estão na Câmara, deveriam fazer o necessário para que Albufeira fosse uma terra diferente. Conclusão: vou-me embora porque já sei que não me dão resposta. Alguns ficam apoquentados por eu vir cá, mas não tem importância. Eu gosto que vocês se riam. Rir dá saúde e amor dá tranquilidade. Obrigado." -----

-----  
Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia encerra o período do público e passa a palavra à Segundo-Secretário que faz a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. Toda a correspondência fica ao dispor dos Membros da Assembleia para eventual consulta. -----

Terminada a leitura da correspondência, o Presidente da Assembleia dá início ao Período destinado aos Membros da Assembleia. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA. -----

Luis Reis - "Boa noite a todos. Gostava de frisar dois ou três pontos mesmo não sendo da ordem de trabalhos para hoje. Um deles já foi aqui mencionado. Várias pessoas já se queixaram que tentam entrar em contacto directo por telefone com a Polícia Municipal e é completamente impossível falar com eles. Eu, na semana passada tentei três números de telefone, um fixo e dois móveis, fiz pelo menos umas vinte ou trinta chamadas, e não consegui entrar em contacto com ninguém. Não me consegui deslocar ao local porque não tinha transporte. Havia uma situação penalizante que eu gostaria que a Polícia Municipal interviesse e levei dois dias a ligar para lá e não consegui. Ninguém atende. A GNR diz que não tem nada a ver com o caso. Liguei para a Câmara, atendeu-me o vigilante, a pessoa que está ao telefone depois da hora de expediente, disse-me que também não podia fazer mais nada senão passar-me os números de

telefone. E não se consegue falar com eles! Eu gostaria que, a própria Mesa, tentasse falar com a Polícia Municipal para verem qual a dificuldade que existe. Eu até tenho o telemóvel do carro, mas também não responde. Levei dois dias para falar com eles e não consegui falar. E já não é a primeira vez! Também, gostaria de saber se existe uma planta que localize a parte urbana que pode vir a utilizar com algum benefício, o parque de estacionamento que está junto ao Turial, o P5. Gostaria de saber se existe uma planta que as pessoas possam consultar para poderem ver se podem vir a ser contempladas com algum desconto por moradores no local. Compreendo que a Câmara, presentemente, não tenha disponibilidade para espectáculos de uma certa qualidade, que fazia, mas não posso deixar passar esta passagem de modelos que foi feita. Eu, que trabalhei muito tempo em roupas, por acaso passei por ali e achei que, naqueles moldes não se devia fazer passagem de modelos. Porque, é uma ou duas lojas que vão promover os artigos que têm. Os artigos que têm, normalmente, são restringidos à pouca quantidade que têm. E eu, com o público, presenciei uma ótima festa que ali estava, o bonito da passagem de modelos foi a orquestra que ali estava, que estava completamente desfasada daquela passagem de modelos. Não batia uma coisa com a outra. A nível da orquestra, não era compensante para o nível dos manequins, sequer, nem das roupas que ali eram apresentadas. As roupas eram terceiro-mundistas, não tinham nada a ver com vanguarda ou classicismo. Era só isto. Obrigado." -----

Vitor Vieira - " Boa noite a todos. Peço desculpa ao Luis Reis, mas a passagem de modelos foi realizada pela ACRAL, não foi pela Câmara Municipal. E a passagem de modelos foi realizada por lojas do concelho, comércio local. Lojas boas ou más, vai no gosto das pessoas, mas é o que nós temos e é o que tem de ser apoiado e promovido. As roupas apresentadas, são as roupas que temos no concelho, no comércio local. Temos de promover o nosso comércio, não podemos estar a trazer para aqui colecções de estilistas famosos, porque não são esses que vendem no comércio do concelho. Gostos não se discutem! Apresentou-se aquilo que o comércio do concelho tem para oferecer."

Luis Reis - "Claro, gostos não se discutem. Mas, há qualidade, há design, e tudo isso se discute! Deve-se promover as lojas de Albufeira, as poucas que existem, mas estão de tal maneira desfasadas da realidade, que elas não se aguentam em pé. E é uma situação natural, esta coisa das lojas acabarem. Com o rumo que Albufeira e o comércio tem, mais dia, menos dia, nem sequer essas lojas temos, porque elas não se aguentam. Nós estamos a apoiar umas lojas que são as últimas que estão cá, mas elas quase que não existem no meio da moda da roupa, quase que não funcionam. Daí que, nós estarmos a dar apoio às lojas que estão cá, pode ser um bocado ambíguo. A maior parte das pessoas que lá vi eram estrangeiros. A quantidade de portugueses, era mínima, e eram pessoas de fora, aqueles que vieram passar o fim-de-semana. Ora, esses portugueses, já não estão habituados a "Alfares" e coisas assim. Estão habituados a lojas muito mais perfeccionistas. Digo-te mais, se essa protecção e essa divulgação, às lojas que nós temos, tivesse começado muito antes, certamente, agora não tínhamos mais de cem lojas de quinquilharias no centro urbano de Albufeira. Esse pensamento deveria ter começado muito antes, não é agora. Agora, temos um centro de Albufeira

completamente desvalorizado, a nível de comércio. Se quiserem, trago cá os comerciantes, para eles vos dizerem como é que o comércio está desvalorizado lá em baixo. Já nem as lojas valem o valor que tinham, nem as conseguem trespassar. As que ainda pegam nelas, são as pessoas dos países que têm quinquilharias. É isso que nós temos, em Albufeira, presentemente. Nem sequer um plano de comércio foi feito para a zona da baixa de Albufeira. Qualquer pessoa abre uma loja, não há planos, como existe na França, na Bélgica, em muitos outros países. Se tens uma drogueria aqui, não podes abrir ali, se tens uma casa de artesanato aqui, não podes abrir outra ali. Aqui não! Não foi feito esse plano e a ACRAL, que tanto falou, nunca votou numa situação dessas. Os portugueses, vão lá a baixo fazer compras? Pensas que os portugueses vão comprar quinquilharias a essas lojas? Não vão! O comércio lá em baixo está "zero". Tenho dito." -----

Helder Sousa - "Não tem nada a ver com este assunto. É para esclarecer o que foi dito há pouco em relação às Juntas de Freguesia sobre as apresentações quinzenais. Não é competência das Juntas de Freguesia. É um assunto que o Instituto de Emprego e Formação Profissional, na altura quando isto apareceu, escolheu quais as Juntas onde deviam ser feitas as apresentações. A Junta de Freguesia de Olhos d'Água não tem, não é por a Junta se ter recusado a isso, é porque o INP entendeu que a quantidade de desempregados, na altura, que existia na Freguesia de Olhos d'Água, não era suficiente para o investimento que o INP tinha de fazer. A pessoa em questão não está cá, mas é para que fique esclarecido que, a Junta de Freguesia não é responsável, foi por causa do INP. Eu na altura fiz parte desse processo." -----

Vitor Vieira - "O Sr. Luis Reis está-se a contradizer. Primeiro diz que não existem lojas, depois diz que tem de ser promovido. Nós temos de tentar promover aquilo que temos. Seja bom ou seja mau, é aquilo que temos. Estarmos a denegrir uma empresa algarvia, talvez a maior empresa de pronto-a-vestir do Algarve, tem dois estabelecimentos em Albufeira e cria postos de trabalho em Albufeira, os clientes são de Albufeira. As pessoas que lá estavam, muitas são clientes dessas lojas e foram convidados pelas lojas. A nossa tentativa é levar as pessoas de Albufeira ao centro da cidade. Podia ser melhor, ou pior, foi a maneira de tentarmos levar as pessoas lá a baixo. Estar a denegrir as lojas que ainda restam, ao dizer que as lojas não têm qualidade. O que é qualidade em pronto-a-vestir? Depende do gosto de cada um." -----

Vitor Clemente - "Boa noite. Vou ser muito rápido. Li, há questão de semanas dois artigos diferenciados, um do candidato a deputado pela lista do partido socialista, em relação a uma obra de acesso a Albufeira. Também, ultimamente, li um artigo de um funcionário da Câmara a contradizer todo esse tipo de situações. "Só não se sente quem não é filho de boa gente." A pessoa que foi atingida nessa altura, com certeza que irá responder, julgo eu, mas até lá, é só para saber, de facto, em que mundo é que vivemos. É um processo político, todo o tratamento que o candidato das listas do PS fez à Câmara Municipal, ao executivo PSD. Legítimo ou não, tendo ou não valores com ele, isso é uma situação que mais tarde irá ser verificada através, ou do Vereador sem pelouros que o PS tem neste executivo, ou através da Assembleia, ou de outro tipo de

situação. Agora, vir um funcionário do município, tomar posição sobre situações que não lhe competem, politicamente, a não ser que faça uma divisão de concelhia política e deixe de ser funcionário para esclarecer devidamente o caso. "Dar a César, o que é de César", nada de misturas. E é também um aviso executivo. Para chamar a atenção, porque as pessoas são adultas, mas convém, em termos de informação, dizer ao funcionário qual o ponto a que deve chegar, porque tem responsabilidades. E essas responsabilidades, na política, são traduzidas para o Presidente da Câmara e Vereadores, não para o funcionário. Tenho dito" -----

Presidente da Assembleia - "Não percebi bem o início da conversa, penso que ouvi falar no candidato do PSD. Eu li esses artigos e, da minha parte, não respondi a ninguém. Expressei aquilo que quis, a parte que me compete. A do outro candidato, também li. E depois li, mais tarde, o da outra pessoa. Mas devo dizer que, para mim, a imprensa é que terá que seleccionar isso. É liberdade de imprensa, de opiniões, assim funciona e vai funcionar. Não sei se ele terá alguma restrição de falar. Esse que foi visado, também terá a liberdade de se defender e voltar a responder. Não sei. Estou a falar porque citou. Não vejo que aí haja mal algum, até porque a pessoa tem liberdade de resposta, pelos mesmos meios." -----

Vitor Clemente - "Quem não se sente, não é filho de boa gente." Não sou eu, não fui atingido. Compete ao candidato, na altura." -----

Carlos Gabriel - " Trago um problema aqui à Assembleia, que se passou na Praia do Lourenço, uma intervenção da ARH. Todos sabemos, a dificuldade que existe, em qualquer intervenção na praia ou junto das praias. A ARH deslocou, uma máquina escavadora de lagartas, de grande porte, para destruir um muro e parte de um jardim de um munícipe que tinha sido ocupado ilegalmente. Até aí tudo bem, à que repor a legalidade. O que não está correcto, é abrir um buraco no centro da concessão da praia do Lourenço e enterrar a terra do jardim e as pedras. E como se isso não bastasse, existe do lado direito, ou existia, uma formação rochosa, que não tem areia em volta e só se consegue chegar lá com maré vazia, portanto ninguém vai para a sua sombra, e a ARH chegou lá e desfez a rocha, evocando que estava em risco de derrocada. Eu disse que acelerou, quinhentos ou seiscentos anos a sua erosão. Faço lembrar a esta Assembleia e à Câmara, o que se passou na praia de Santa Eulália, em que foi completamente destruído o património da praia, do lado direito. Em contacto com muitos membros desta Assembleia, vejo que não conhecem a realidade do que se está a passar nas nossas praias e, portanto, eu sugeria que todos fossemos fazer uma visita às nossas praias, que são o espelho de Albufeira, para ver o que se está a passar. É o espelho do turismo. Aquilo que se está a fazer, destruir as arribas, as formações rochosas, é acelerar a erosão centenas de anos. É responsabilidade da ARH e nós não podemos fazer nada. Temos de tomar uma posição muito forte para defender aquilo que é o espelho do turismo em Albufeira. É só." -----

Luis Reis - "Dirigi-me, no outro dia, à esplanada do Inatel, e verifiquei que há lá um canal que está aberto e que tem continuamento de água. O canal tem uns cinco metros de largo, com dois metros de profundidade. Se querem que vos diga, não entendo bem





que água é aquela. Sei que é água escura que está constantemente a sair ali. As pessoas que estão na praia, para de deslocarem da Inatel poente para a Inatel nascente, tem de andar a desviar-se daquele valado e subir novamente para o lado. Gostaria que alguém me pudesse informar, que tipo de valado é aquele e se é para continuar ali? Já estamos em plena época de Verão." -----

Presidente da Câmara - "Sobre a Polícia Municipal: já há tempos tínhamos falado dessa questão e a Vereadora ficou de tratar disso. Também acho um bocado estranho esses contactos, mas eu vou tentar averiguar. Ela não está cá hoje. Sobre a questão da Planta: existe uma planta junto ao parque que define, claramente, as ruas que são abrangidas. O Vereador Quintino pode fazer chegar essa planta. Muito levemente, sobre o artigo que foi escrito. É de um cidadão, não foi escrito a meu pedido. Sobre isso, a liberdade de expressão e escrita, não tenho nada a dizer. Por vezes, só nos lembramos quando não nos dá jeito, quando nos dá jeito até achamos interessante. Sobre a questão do Inatel, pergunto ao Vereador Quintino, que tem acompanhado a situação. Temos aqui um problema, positivo. Nós temos vinte e oito quilómetros de praia, várias ribeiras e várias linhas de água que, naturalmente, correm para a cota mais baixa, que é a praia. Estava previsto para o final de Setembro, depois da época banhear, uma intervenção que, penso, vai minimizar o problema. Se o Sr. Presidente da Assembleia permitir, o Vereador Quintino explica melhor." -----

Vereador Carlos Quintino - "Boa noite a todos. Derivado à recarga que foi feita, naturalmente, quando há essas águas pluviais que ocorrem à praia, agora, nós ficamos ali com uma vala grande. A carga foi feita e aumentamos a conta e a quantidade de areia. Era bastante areia que se tinha de repor e que se repôs, com muito trabalho, e quem lá esteve verificou isso mesmo, embora ainda haja uma pequena depressão, mas que não acarreta nenhuns problemas em termos de segurança e estadia de pessoas ali na praia. No entanto, aquilo que nós recomendamos à entidade que está a desenvolver a carga e que vai retomar em Setembro, foi que fizesse o colchão da manta, de forma a que, quando a água pluvial chega à praia é devidamente conduzida para o mar garantindo esse colchão da manta, que não há o rompimento da praia naquela largura e altura. Depois da realização daquela obra, naturalmente que durante o Inverno vamos ter alguma depressão, mas que depois, será facilmente reposta. Deixamos de ter um metro e oitenta de vala por cinco ou seis de largura, passaremos a ter, eventualmente, um metro por dois e meio, três, que é muito mais fácil de repor, do que aquilo que aconteceu com as chuvas que tivemos no início da época." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia encerra o Período Antes da Ordem do Dia e inicia ao Período da Ordem do Dia. -----

## ORDEM DO DIA PONTO PRIMEIRO

Aprovação da acta da sessão de 22/02/2011; -----

O Presidente da A.M. apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. Não havendo intervenções, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----  
Votos Contra: zero (00) -----  
Abstenções: seis (06) Vitor Clemente da Silva, Nuno Lisboa, Florbela Caixinha, Carlos Lima, Luís Reis, Alberto Saraiva. -----  
Votos a favor: dezanove (19) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Anabela Nobre, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Helena Simões, Rosário Charrua, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Helder Sousa, Jorge Vicente, Joaquim Vieira e Francisco Guerreiro. -  
**A acta é aprovada por maioria** -----

## PONTO SEGUNDO

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Art.53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----  
O Presidente da A.M. apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia.  
Vitor Clemente - "Na página onze diz: "Foi outorgado o contrato de comodato com a empresa Lidl & Companhia no seguimento da cedência temporária da utilização do edifício sito nos Caliços;" O tempo? Este aqui não cita o tempo." -----  
Presidente da Câmara - "Daquilo que me recordo, acho que é até final de 2014." -----  
Vitor Clemente - "Outro assunto. Há tempos falei sobre "Sesimbra 2000", por o que se está a passar lá. A Câmara recebeu as infraestruturas? Porque é que aquilo não tem tratamento?" -----  
Presidente da Câmara - "Acho que ainda no vosso tempo. As da rede viária. Não posso confirmar." -----  
Vitor Clemente - "Aceito. Não pode saber de tudo. No entanto, o que se vê lá é o total abandono e pode ficar uma lixeira. O jardim já não é tratado. A iluminação pública, esteve acesa, mas por uma situação de economia, com certeza, a "Sesimbra" deixa um lado aceso, outro não. A pergunta sacramental é, estarão aquelas habitações a pagar IMI? Caso estejam a pagar, é lógico que deve ter as condições de qualquer tipo de loteamento que esteja em Albufeira. A relva está uma mata. Seria bom que fosse limpo. Não digo que esteja totalmente abandonado, mas..." -----  
Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia passa ao ponto seguinte. -

## PONTO TERCEIRO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da alteração ao Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, nos termos da alínea n) do n.º 2 do art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----  
O Presidente da A.M. - "Relativamente a este ponto, foi remetido ofício da parte do proponente a esta Assembleia e foi remetida cópia aos Srs. Membros aquando do Aditamento, no sentido de ser retirado o ponto da ordem do dia. A Sra. Vereadora, está a preparar novas alterações a este documento, que está agendado, logo, não faz sentido estar a ser deliberado, agora, estando já em preparação a sua alteração." -----

#### PONTO QUARTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da alteração ao Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município de Albufeira, nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º5A/2002 de 11 de Janeiro; -----

O Presidente da A.M. apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia.

Vitor Clemente - "É certo que é uma alteração ao regulamento de taxas, mas gostaria de perguntar se isto tem a ver ou não com alguma baixa ou aumento de receitas. As taxas são connosco, as tarifas é que não são. Será que o Sr. Presidente poderia explicar? Na zona central de Albufeira, as pessoas que têm esplanadas, quais são os aumentos que vão ter? A publicidade. Dado ser uma empresa a prestar esse tipo de serviço, quais os aumentos que depois irão transitar para terceiros? Uma série de situações que, na altura das vaquinhas muito magrinhas, olhar para as pessoas também seria bom, não atingir tanto. Julgo que, também, da parte do Sr. Vereador responsável por esta área tivesse feito uma aproximação, ou um pequeno estudo, para saber o que isto irá custar para as pessoas. Fazia só uma observação. Compreendo e aceito a posição do Sr. Presidente da Assembleia, em que grupos de trabalho para discutir regulamentos, não há necessidade..." -----

Presidente da Assembleia - "Pode haver!" -----

Vitor Clemente - "...mas eu, pessoalmente, como cidadão estando na Assembleia Municipal, acho que, grande parte dos regulamentos que aqui estão, deveriam ter um trabalho feito por parte da Assembleia Municipal. Todos os Membros da Assembleia têm um ponto de vista muito diferente do executivo. O executivo entra na parte funcional do funcionário, para resolver a situação, apresenta-o, está bom e segue para a reunião de Câmara. Todos nós sabemos como é que as coisas funcionam. Eu, quando receber a convocatória, faço-lhe chegar um pedido de reunião com os documentos para discutir. Se me der esse tipo de autorização. Se o Sr. Presidente ou o Sr. Vereador me pudesse dar algum tipo de explicação, seria bom." -----

Presidente da Câmara - "Esta correcção e esta alteração, curiosamente, têm tendência a baixar as taxas e não aumentar. Há correcções que foram feitas, adaptadas, exactamente, a esse problema das pessoas. Havia algumas que estavam ligeiramente altas e entendemos, por isso, que era preciso fazer correcções. Estas correcções que estão aqui, são no sentido de encontrar soluções compatíveis com aquilo que são as actividades. Se tiverem o cuidado de verificar o anterior com este, verificarão que há aqui algumas que foram reduzidas substancialmente. Não está aqui nenhum aumento de taxas, antes pelo contrário, até é um acerto, alguma flexibilidade, diria, tendo em conta essas preocupações que nós temos. É o que eu posso dizer à Assembleia." -----

Vitor Clemente - "O Sr. Presidente acaba de informar a Assembleia que esta alteração ao regulamento tem como finalidade, na sua grande vertente, a baixa das taxas. E aos munícipes que vierem a ser beneficiados, há que resolver este tipo de situação, e ficar muito gratos, porque a Câmara assim o fez e reduziu as taxas. Depois mais tarde,



iremos verificar se é exactamente assim. Eu faço fé naquilo que o Sr. Presidente da Câmara transmitiu." -----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -

**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: quatro (04) Vitor Clemente da Silva, Francisco Oliveira, Florbela Caixinha e Luís Reis -----

Abstenções: uma (01) Carlos Lima. -----

Votos a favor: vinte (20) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Anabela Nobre, Nuno Lisboa, Adriano Ferrão, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Helena Simões, Rosário Charrua, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Alberto Saraiva, Helder Sousa, Jorge Vicente, Joaquim Vieira e Francisco Guerreiro. -----

**A proposta é aprovada por maioria** -----

Francisco Calhau - "É apenas para registar e interrogar-me com a atitude da bancada do PS. Depois de ter pedido o esclarecimento ao Sr. Presidente da Câmara e de ter recebido as informações, votou contra. Depois de ter sido esclarecido, digamos, votou contra. Não percebo porquê." -----

Vitor Clemente - "Essa é a maneira de pensar do meu caro sobre a posição do PS. No que diz respeito à situação da parte das taxas e à situação da votação por parte do PS, fez abstenção e votou contra. Não fomos nós, PS, a fazer o regulamento. O regulamento e a alteração, é da responsabilidade do executivo, com quem nós votamos contra." -----

#### PONTO QUINTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da alteração ao Regulamento de Cedência de Veículos de Passageiros do Município de Albufeira, nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º5A/2002 de 11 de Janeiro; -----

O Presidente da A.M. apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. Não havendo intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: quatro (04) Vitor Clemente da Silva, Francisco Oliveira, Carlos Lima e Luís Reis. -----

Votos a favor: vinte e um (21) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Anabela Nobre, Nuno Lisboa, Adriano Ferrão, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Florbela Caixinha, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Helena Simões, Rosário Charrua, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Alberto Saraiva, Helder Sousa, Jorge Vicente, Joaquim Vieira e Francisco Guerreiro. -----

**A proposta é aprovada por maioria** -----





## PONTO SEXTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da alteração ao Regulamento do projecto "Educação no Verão", nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º5A/2002 de 11 de Janeiro; -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Carlos Lima - "Boa noite. Queria fazer duas ou três perguntas. Eu lembro-me, quando foi feito este regulamento, eu fiz algumas propostas, para que na primeira oportunidade, ou numa altura em que fosse feito alguma alteração a este regulamento, tivessem em conta algumas propostas que eu na altura apresentei. Da leitura que faço não encontro aqui nenhuma dessas propostas que eu fiz. De qualquer maneira, continuo a dizer que há aqui alterações que deveriam ser feitas. Porque, mais uma vez fui confrontado com pessoas que se queriam inscrever e que se viram na necessidade de mandar alguém às três, quatro da manhã para a fila como se fosse para o Centro de Saúde. Mas no Centro de Saúde já estamos habituados a isso. Aqui, não é um bom sistema e deveria arranjar-se outras formas de se conseguir inscrição das pessoas neste projecto. A situação que tive conhecimento, foi por uma Senhora que vive sozinha com dois filhos, trabalha o dia inteiro, entra às nove horas, sai às quatro ou cinco da tarde, não tem possibilidade de ir às três, quatro da manhã com os filhos para a fila, para arranjar uma senha, quando eu acho que é extremamente fácil ultrapassar esta situação. Ou, fui eu que me expliquei mal na altura que propus a alteração, ou então, eu expliquei-me bem mas acharam que não fazia sentido. Relembro que a proposta que fiz seria que dessem um prazo, três, quatro, cinco dias, aqueles que se achasse razoável, para as pessoas se inscreverem normalmente e, depois, fosse feita uma selecção, em função de alguns critérios, poucos, coisas simples, mas que daria a possibilidade das pessoas se inscreverem. Assim e à boa maneira portuguesa, se calhar, com uma "cunha", com alguém que vá para a fila às três ou quatro da manhã, alguém que conhece o funcionário, consegue a senha. Acho que já passámos essa fase e é altura de estas coisas serem simples e transparentes. Foi por birra ou então fui eu que me expliquei mal. Quero que fique outra vez registado. Penso que deve ser ponderada essa solução. A segunda questão que queria colocar, é mais prática. Se houve aumento de preço nas inscrições? Qual é o preço que actualmente vai vigorar? Se é verdade ou não, o que me chegou aos ouvidos, que os monitores este ano vão ser voluntários? Gostaria de saber o que há de verdade nisso. Eu sou a favor do voluntariado, mas acho que deve ser um bocado complicado pedir a alguns jovens que estão a estudar ou a terminar os cursos, que venham trabalhar, voluntariamente, em Julho e Agosto, numa altura em que toda a gente sabe que é a altura que têm para arranjar alguns euros, para conseguirem, alguns deles, até sobreviverem ou ajudar na continuação dos estudos no Inverno. E se, os alunos subsidiados pelo escalão B, continuam a ser subsidiados, sendo tido em conta a proposta que eu apresentei?" -----



Florabela Caixinha - "Boa noite a todos. Relativamente a este ponto, nós também conhecemos como é a boa maneira portuguesa. Quando sabemos que existe alguém a oferecer-nos qualquer coisa, ou ainda que não seja oferecido, queremos sempre estar na primeira linha. E o que sucedeu este ano, tal como sucedeu o ano passado mas, talvez este ano um bocado pior, no meu entender, muitos pais chegaram às nove horas do primeiro dia de inscrição e a informação que obtiveram foi que as oitenta senhas já tinham sido entregues, para aquele dia já não havia mais senhas. Então, muitos pais, acabaram mesmo por pensar que não haveria mais possibilidade de voltar e mais vale desistir. Porquê? Porque tomou-se conhecimento, muitas pessoas acabaram por comentar comigo que havia quem mandasse a sogra para lá às quatro da manhã, à meia-noite, e depois a pessoa que trabalhava no bar saía às quatro da manhã e ia para lá para a sogra ir dormir e, depois, à nove da manhã ia a mulher render o homem e fazer a inscrição. Esta não é a forma correcta de lidar com este tipo de situações! Vou voltar ao início. Não culpo, inteiramente, o município, neste caso a Câmara, é um problema também de mentalidades. Acho que nestas coisas, há que ser humilde e perceber que a culpa não é inteiramente da Câmara, é das pessoas, mas há que ensinar as pessoas. Se calhar, tem de ser a Câmara a ensinar as pessoas. O que é que se sucedeu com isto?! Depois de decorrido o prazo de inscrição, que foram os tais cinco dias, eu tive conhecimento de mães e pais que chegaram lá para ir fazer pagamento de senhas de refeição e havia ainda vagas para o mês de Agosto. O mês de Agosto está praticamente vazio. Para o mês de Agosto há muitos campos ainda à escolha, pelo menos havia há semana e meia atrás, agora neste momento não sei se há, não posso confirmar. Não percebi se foi porque aumentaram o número de vagas, também não surgiu oportunidade de colocar essa questão na Divisão de Educação. Não percebi se o recuo por parte das pessoas teve a ver com o aumento dos preços. No ano passado, salvo o erro, o valor foi de cinquenta euros para quem não tinha escalão, este ano passou para setenta, por quinquenta. Ou se calhar, muitas pessoas optaram por não ir para as filas e portanto, não inscrever. Quando eu digo que há que ensinar as pessoas, e isto é uma sugestão minha com muita humildade, eu penso que a Câmara podia tentar fazer uma triagem junto das escolas, porque a Câmara melhor do que ninguém sabe quantas crianças existem no concelho. Junto das escolas, parte da informação que chega aos pais, esta também podia chegar, por exemplo em Maio cada professor entregava através dos meninos uma pré-inscrição, os pais preenchiam, diziam para que períodos é que queriam e, depois, tal como o meu colega Lima referiu, seria feita uma análise, uma triagem, viam quem se notava mais, se calhar até há pais que têm lá os meninos, que pagam os setenta euros mas têm condições de pagar duzentos ou trezentos. Essas situações deveriam ser vistas caso a caso. E eu penso que assim todos ficavam bem neste programa de Educação que eu acho muito importante. O ano passado as minhas filhas frequentaram. Neste aspecto eu tenho de congratular a Câmara porque o programa, na minha óptica, funcionou muito bem, no entanto, acho que falta este acerto." -----

Miguel Mesquita - "Boa noite. Quero deixar também aqui a minha opinião relativamente a esta questão dos campos de férias. Concordo que o regulamento poderia ser melhorado, eventualmente. A minha filha frequentou os campos de férias o ano passado e este ano fui inscrevê-la novamente. Acho que, o ano passado, o campo de férias, correu de uma forma extraordinária. A Câmara está de parabéns porque nem todos os concelhos proporcionam isto às crianças. Realmente, fui lá um dia às sete da manhã, já não havia senhas disponíveis. No outro dia fui às cinco e meia, também já não consegui e tive de ir no terceiro, porque preciso. Realmente, nem todas as pessoas têm disponibilidade de se deslocar, mas pronto! Não houve cunhas, as pessoas tiveram de ir para lá e esperar. No primeiro e segundo dias, segunda e terça-feira, só foram disponibilizadas oitenta senhas, mas no terceiro já disponibilizaram cento e vinte e cinco. Então, aconteceu que, eram dez da manhã de quarta-feira e ainda havia senhas. Pode haver, realmente, uma forma de tentar minimizar essas questões, mas o que é um facto, é que há muita gente que procura proporcionar aos seus filhos estas condições, que são extraordinárias, porque não têm outros meios, nem onde os deixar. A Câmara está de parabéns, é uma iniciativa que tem tido um grande acolhimento e os pais estão bastante satisfeitos." -----

Carlos Lima - "É só para que não fiquem dúvidas que concordo plenamente com este projecto. Acho que é um bom projecto e o que o Sr. Miguel Mesquita acabou de dizer só veio dar mais força aquilo que eu acabei de dizer. Não justifica, nos tempos da Internet e que se faz as coisas com o "clic" que o Miguel Mesquita tenha de ir às cinco e meia da manhã para inscrever a filha no projecto e que, pelos vistos, chegou à conclusão, que no terceiro dia já havia vagas. Quer dizer que, se as coisas funcionassem normalmente, das nove ao meio-dia, tinha havido lugar para toda a gente, ninguém tinha a necessidade de fazer o que disse a minha colega Florbela, a dizer que alguém teve de ir e passar para a sogra. E ninguém tinha ido tão cansado para o Banco, por ter de se levantar à cinco e meia da manhã. E não é suposto um bancário ir às cinco e meia da manhã pôr-se numa fila que é normal ser tratada no horário de expediente. É possível fazer isso! Além de possível, é quase obrigatório que se dê esse passo, porque penso que, dizer e querer contrapor que vale a pena ir às cinco e meia porque é um bom projecto, acho que estamos a falar de coisas diferentes. O projecto é muito bom e podemos ir às nove horas, temos esse direito! A minha intervenção vai só nesse sentido. Desde a primeira hora fui favorável a este projecto. É um projecto que deve ser acarinhado e deve ser realçado. Agora, temos que ter a coragem e a humildade de melhorar as coisas, quando elas estão más." -----

Francisco Calhau - "O que foi dito aqui parece-me que tem algum fundamento e também é uma questão cultural. A questão que eu coloco é, se existe algum processo que possa ser funcionado em alternativa, simultaneamente. Ou seja, há pessoas que, provavelmente, se tirarem a possibilidade de se inscreverem de essa forma, irem às três da manhã ou a hora que for, vão reclamar de qualquer maneira, porque esse processo para eles, é muito claro. Eles estão lá, estão ali à espera, e para eles têm a garantia de que vão ser atendidos naquele processo. E se forem outros processos, para

nós que estamos aqui a discutir, parece ser processos muito mais fáceis, para eles deixa de o ser. Há pessoas que, eventualmente, se calhar não vão preencher formulário nenhum. Ou porque não têm condições para o fazer, ou porque não percebem a curricular. O que eu acho, e é uma pergunta, não tenho a certeza daquilo que vou dizer, é se existe possibilidade de existir, um processo alternativo que funcione em simultâneo para fazer a inscrição, com um plaform, com uma cota de inscrições previstas para esse processo. Hoje faz-se isso em muitas coisas, reservando contas para processos de inscrição quando estão em causa um conjunto de lugares. Não sei se é possível ou não? Se é justo e honesto fazê-lo? Mas parece-me um bocado complicado. Percebo o que se diz, mas é complicado. Eu também não vou, de certeza, levar um saco cama e meter-me à frente de um pavilhão a dormir, à espera do dia a seguir. No entanto à gente lá e não é obrigada. E até está satisfeita, porque até acha que é uma forma muito agradável de viver. É cultural, não sei." -----

Miguel Mesquita - "Eu não vejo outra forma de o fazer. A não ser que disponibilizem as trezentas ou quatrocentas vagas logo no primeiro dia. Foram dados oitenta e cinco no primeiro, oitenta e cinco no segundo e, uma vez que a procura excedeu a perspectiva dos primeiros dias, passou-se para cento e vinte e cinco. O que é certo é que, no terceiro dia o número de senhas não esgotou. Qual é a alternativa? Talvez, só se os serviços estivessem abertos das nove da manhã à meia-noite, para poderem responder ao número de inscrições e esgotava logo no primeiro dia. Não vejo outra. É chato, mas é assim." -----

Luis Reis - "Soube, hoje, da parte de uma mãe, que a família foi inscrever a criança nesses parâmetros, que a semana passada ainda havia vagas. Ela achou que, se passados dias ainda havia vagas, teria sido quase desnecessário o que tinha feito. Gostaria que alguém me pudesse esclarecer, em quantos dias as vagas foram preenchidas e se, efectivamente, ainda existem vagas ou não. Eu tenho falado com várias familiares que têm lá as crianças, não negam o benefício se o horário fosse ampliado, das cinco para as sete." -----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -

**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Vitor Clemente da Silva, Anabela Nobre, Nuno Lisboa, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Florbela Caixinha, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Luís Reis, Rosário Charrua, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Alberto Saraiva, Helder Sousa, Jorge Vicente, Joaquim Vieira e Francisco Guerreiro. -----

**A proposta é aprovada por unanimidade** -----





### PONTO SETIMO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para concessão de uma rede de bicicletas de uso partilhado, nos termos da alínea q) do n.º 2 do art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º5A/2002 de 11 de Janeiro;-----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Vitor Clemente da Silva, Anabela Nobre, Nuno Lisboa, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Florbela Caixinha, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Luís Reis, Rosário Charrua, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Alberto Saraiva, Helder Sousa, Jorge Vicente, Joaquim Vieira e Francisco Guerreiro. -----

**A proposta é aprovada por unanimidade** -----

Francisco Calhau - "Na proposta está escrito "bicicletas de uso particular" e deveria ser substituído "de uso partilhado". Não tem influência na decisão." -----

### PONTO OITAVO

Apreciação e deliberação sob proposta do Presidente da Câmara Municipal por delegação de poderes da Câmara Municipal de 22/10/2009, do concurso público para fornecimento contínuo de contadores de água incluindo sistema de telemetria domiciliária até ao limite de 300.000,00 € acrescido de IVA - 2011/2012/2013, nos termos da alínea q) do n.º 2 do art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º5A/2002 de 11 de Janeiro; -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Vitor Clemente - "Falando deste concurso, vem a esta Assembleia porque irá passar orçamentos, 2011, 2012, 2013. Caso contrário, não viria. E a pergunta sacramental, aquilo que deve ser colocado ao executivo face às situações económicas que vivemos, é certo, também, que o concurso é em face de requisições, mas é certo, também, que as verbas irão ficar cativadas ao longo destes três anos. Porque não fazer anualmente? Em relação às verbas que o Sr. Presidente dispõe para este concurso, delegadas depois no Sr. Vereador, na casa dos cento e cinquenta mil euros, servia perfeitamente, e escusaria de comprometer logo a verba indicada para os contadores para o ano de 2012 e 2013. Certo de que, é um concurso público. Pensamos nós que esta seja a altura de preços mais baixos em termos de concurso, mas no entanto não sabemos o que será daqui a três anos. Será muito mais, será muito menos? Uma incógnita. Isto é só para



não ouvir dizer, alguém abordar e falar, que eu tive o cuidado de ler um pouco sobre isto. E da parte do PS, nós estudamos e debatemos os assuntos. Tenho dito.” -----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -

**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Vitor Clemente da Silva, Anabela Nobre, Nuno Lisboa, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Florbela Caixinha, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Luís Reis, Rosário Charrua, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Alberto Saraiva, Helder Sousa, Jorge Vicente, Joaquim Vieira e Francisco Guerreiro. -----

**A proposta é aprovada por unanimidade** -----

-----

#### PONTO NONO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da alteração ao Regulamento dos horários de funcionamento de estabelecimentos comerciais do Município de Albufeira, nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º5A/2002 de 11 de Janeiro; -----

O Presidente da Assembleia - "Eu aqui também estudei um pouco e tenho aqui uma proposta de alteração ao regulamento (doc.1). -----



O Decreto – Lei n.º 48/96 de 15 de Maio com a redacção do Decreto-Lei n.º 111/2010 de 15 de Outubro, fixa o seguinte no seu

**Artigo 5.º**

- 1 — O mapa de horário de funcionamento de cada estabelecimento deve ser afixado em lugar bem visível do exterior
- 2 — Constitui contra -ordenação, punível com coima:
  - a) De € 150 a € 450, para pessoas singulares, e de € 450 a € 1500, para pessoas colectivas, a infracção do disposto no número anterior;
  - b) De € 250 a € 3740, para pessoas singulares, e de € 2500 a € 25 000, para pessoas colectivas, o funcionamento fora do horário estabelecido.
- 3 — (Revogado.)
- 4 — A fiscalização do cumprimento do disposto no presente decreto -lei, a instrução dos processos de contra-ordenação, bem como a aplicação das coimas e de sanções acessórias, competem ao presidente da câmara municipal da área em que se situa o estabelecimento.
- 5 — O produto das coimas reverte para a câmara municipal da área em que se situa o estabelecimento.
- 6 — Em caso de reincidência e quando a culpa do agente e a gravidade da infracção o justifique, para além das coimas previstas no n.º 2, pode ser aplicada a sanção acessória de encerramento do estabelecimento durante um período não inferior a três meses e não superior a dois anos.»



### Alterações

Que o nº 1 e 2 do Art. 5º sejam alterados da forma seguinte:

#### Art. 5º

##### Requisitos do Regime de funcionamento Alargado

1 Sob pena do espaço ter que encerrar ao público às 24 horas, o funcionamento de qualquer estabelecimento de restauração ou bebidas, **que disponha de aparelho de som susceptível de produzir campo sonoro que viole o Regulamento Geral sobre ruído**, no regime alargado, previsto no artigo antecedente, depende, cumulativamente, da observância das condições seguintes:

E

2. a expressão "...campo sonoro fixado no ..." seja substituída pela expressão "... **campo sonoro a ser fixado tendo em atenção o...**"

-----

Que ao Art. 7º seja acrescentada, no final, a seguinte expressão:

pronúncia, "sem prejuízo do disposto no nº 3 do Art. 27º do Decreto – Lei nº 9/2007 de 17 de Janeiro, em caso urgente".

-----

Que o artigo 13º passe a ter a seguinte redacção:

#### Art. 13º

##### Coimas e sanção de encerramento





1º A contra – ordenação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo antecedente, é punível com coima de € 150 a € 450, para pessoas singulares, e de € 450 a € 1500, para pessoas colectivas.

2º A contra – ordenação prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo antecedente, é punível com coima de € 250 a € 3740, para pessoas singulares, e de € 2500 a € 25000 para pessoas colectivas.

3º Em caso de reincidência e quando a culpa do agente e a gravidade da infracção o justifique, para além das coimas previstas nos números anteriores, pode ser aplicada a sanção de encerramento do estabelecimento durante um período não inferior a três meses e não superior a dois anos.

Os nºs 4 e 5 são eliminados

Alterar e eliminar as seguintes disposições:

Art. 14º

Sanções acessórias

1 – eliminar a numeração “1”, uma vez que não há nº 2.

c) eliminar

d) eliminar

Assim, o número 1 da proposta passa a ser o corpo do artigo que passa a ter apenas as alíneas a) e b)



### **Introdução das seguintes disposições:**

#### **Artigo 20º**

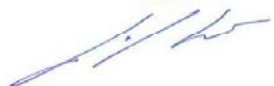
##### **Obrigatoriedade de revisão**

O presente regulamento será objecto de análise, avaliação e eventual revisão e alteração, entre o final dos meses de Setembro e Dezembro de 2011, por esta Assembleia Municipal, à qual devem ser remetidas cópias de todas as queixas e autos, relativos aos meses seguintes à aprovação do presente regulamento, relatórios de fiscalização da Polícia Municipal, bem como um relatório de avaliação feito pela Câmara Municipal e eventual proposta de alteração.

#### **Art. 21º**

##### **Disposição transitória**

Estando este regulamento em período experimental e transitório, estabelece - se ainda que, entretanto, poderá laborar em horário até à uma hora da noite, os estabelecimentos de restauração e bebidas que, tendo aparelho de som susceptível de produzir campo sonoro que viole o Regulamento Geral sobre ruído, tenha apenas adquirido e montado no estabelecimento, um limitador de som, que deverá estar selado e calibrado em conformidade com o Regulamento Geral sobre o ruído, ficando, contudo, sujeito, de imediato, às regras do Art. 5º deste Regulamento, nomeadamente, no caso de se verificar qualquer queixa de ruído, ou o selo do limitador se mostrar violado.

27. VI. 2011  


Presidente da Assembleia - "Sobre o art.21º. Isto é em relação àqueles bares que fecham cedo, entre a meia-noite e a uma. De alguma forma foi ouvido que não achavam correcto ter de ir logo ter limitadores de sons, de levar também com os sonómetros, que acho que são um bocado caros. E portanto, se justifica que haja um controlo, de facto, em relação ao ruído, àqueles que fecham cedo e que não provocam barulho, pois se não se verificar nenhuma queixa, nem nenhum ruído e se o limitador estiver lá colocado, devidamente selado e não houver a quebra do selo, poderão ficar isentos num período que é meramente transitório. Nós, Assembleia e, até tendo em atenção o que me disse há pouco, eu já tinha pensado, precisamente, na comissão, em relação a este regulamento e, provavelmente, iremos fazê-la no fim do Verão. Esta Assembleia, provavelmente, irá constituir uma comissão. É um assunto que é melindroso. É um assunto que, mete muita gente, mete muitos interesses contrários e temos que encontrar aqui um equilíbrio que, talvez, não seja muito fácil. Antes de entrar logo de forma mais rígida, eu penso que se deve ir com alguma cautela e essencialmente serão os próprios empresários da noite que terão interesse que isto seja cumprido e que funcione da melhor maneira. Porque se assim for, claro que não haverá necessidade de se ir para outras medidas. Há algo que eu entendo que, também deve ser feito, em complemento, o Plano Municipal do Ruído. Sei que está a haver trabalho sobre essa matéria e espero que, dentro em breve, também possa vir a esta Assembleia para apreciação. Entretanto, penso que esta proposta e a proposta vinda da Câmara Municipal, seja uma proposta razoável para se aferir durante o Verão, como é que as coisas vão funcionar e no fim do Verão cá estaremos para fazer um juízo de como é que as coisas funcionaram." -----

Francisco Calhau - "Começava por elogiar, de certa medida, conhecendo o mérito do executivo, em fazer uma proposta deste regulamento visando, essencialmente, um problema, que está sempre presente na altura da chamada época alta e que não é fácil de resolver. Tem por base erros do passado nas questões de urbanismo, mistura de zona residencial com zona de lazer. Não vale a pena falarmos mais nisso, todos sabemos que é assim. Essa preocupação, de fazer uma actualização, parece-me meritória. E é com base nessa preocupação, nesse trabalho que foi feito, que permite que a proposta do Presidente da Assembleia, mais não seja do que um afinar da proposta proveniente da Câmara. E essa afinação vai ao ponto de, e parece-me muito importante, de propor um período experimental, e que depois, na época baixa, com a serenidade possível nessa altura, possamos fazer uma avaliação de tudo o que foi o processo. Com críticas, com recomendações, com propostas que possam surgir e que, eventualmente, possam ajudar a uma eventual comissão a analisar e a fazer uma actualização. Naturalmente que, com isto, nós sentimos que foi feito um trabalho muito longo e estudado e que permite que, neste momento, possamos chegar a esta proposta de afinação, que é uma proposta de bom senso, como a primeira também, que ouviu as partes e tentou resolver o problema da melhor maneira que é possível fazer. Portanto, não temos dúvida nenhuma em aprová-la na sequência daquilo que é a proposta que vem da Câmara." -----



Carlos Lima - " Isto agora não tem de ser publicado em Diário da República? Quanto tempo é que vai demorar? Será que vai entrar em vigor para este Verão?" -----

Presidente da Assembleia - "Acho que é muito rápido na Segunda Série. Vai para cima e é logo publicado." -----

Francisco Oliveira - "Relativamente a este art.21º, da disposição transitória. Pelo próprio nome indica, disposição transitória, quer isto dizer que, os bares, ou estabelecimentos que laborem até à uma da manhã só com limitador de som, decorrido este prazo, terão o regime normal." -----

Presidente da Assembleia - "Decorrido este prazo, vamos avaliar. A partir de Setembro vamos fazer a avaliação disto tudo. Eu não quero criar uma expectativa, logo legítima, quando isto é transitório. Vamos ver. Eles já têm limitadores de som, porque para tirarem licenciamentos têm limitadores de som, portanto, deverão funcionar até ao fim do Verão, se não tiverem nem as queixas, nem a violação do selo. No fim do Verão, nós Assembleia, vamos ver se a coisa funcionou. Se funcionou bem, óptimo, pode-se manter assim, se funcionou mal, vão ter de comprar também os sonómetros. É um dos exemplos do que poderá acontecer, mas isso somos nós a avaliar." -----

Francisco Oliveira - "Como o Sr. Presidente dizia, não queria criar uma expectativa. Não só criar uma expectativa, como criar uma regra ou, eventualmente, um uso. E portanto, isso pode levar a essa situação, chegarmos ao fim da avaliação e dizemos, não é à uma da manhã, é às onze ou à meia-noite. Eventualmente, desconheço este tipo de regra mas, de facto, esta disposição transitória, no que diz respeito, pode criar precisamente essa expectativa. E chegamos ao final do Verão e temos de tomar medidas, não diria mais radicais, mas bem mais eficazes." -----

Presidente da Assembleia - "Pois temos, mas em relação a tudo. Eu compreendo." -----

Francisco Oliveira - "Nas outras, naturalmente, porque vai ter que ser avaliado. Mas nesta perspectiva, permite desde logo." -----

Presidente da Assembleia - "Estamos a falar de uma diferença entre as quatro da manhã e a uma da manhã. É uma diferença muito substancial. Eu tive a ponderar sobre essas razões que esteve a expor, eu ponderei sobre elas, para tentar arranjar um equilíbrio, para nós avaliarmos depois. Isto vai ser tudo avaliado a seguir." -----

Luis Reis - "Relativamente a esse artigo que mencionou. O limitador de som que anteriormente era usado, eventualmente, poderá permitir o funcionamento de casas que fecham mais cedo, até à uma ou até às duas?" -----

Presidente da Assembleia - "Até à uma." -----

Luis Reis - "A partir da uma até às quatro, já obriga a outro limitador de som, o sonómetro. Não foi essa informação que me deram quando eu fui fazer o pedido de licenciamento. Disseram-me que era a partir das duas é que era obrigatório a instalação do sonómetro." -----

Presidente da Assembleia - "De acordo com a proposta da Câmara é a partir da meia-noite. De acordo com a minha proposta será a partir da uma." -----

Luis Reis - "E se não houver utilização de som?" -----





Presidente da Assembleia - "De acordo com o que proponho, é necessário para quem tenha aparelhos susceptíveis de emitir som que possa violar os espaços sonoros." -----

Luis Reis - "E se essa aparelhagem não for utilizada a partir de uma hora?" -----

Presidente da Assembleia - "Isso é susceptível. Não podemos ir, de hora a hora, minuto a minuto, confirmar se foi utilizado ou não. Ou tem, ou não tem. É a única forma." -----

Luis Reis - "Não há um termo de responsabilidade que substitua essa situação e que possa ser fiscalizada? Lá em baixo, na zona do jardim, a partir de determinada hora, há casas que desligam o som, são abafadas pelo som dos outros." -----

Presidente da Assembleia - "Se não têm aparelhagem com volume de som susceptível de violar o campo sonoro, não precisam. Aliás, no outro dia estivemos aqui numa reunião de empresários, ouve um Senhor, que tem um Snack-bar, levantou precisamente essa questão. Esse não vai ter de ter o sonómetro, porque não tem um equipamento susceptível de violar o campo sonoro. Pode ter uma aparelhagem, desde que não seja susceptível de violar o campo sonoro, como é o caso." -----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia coloca as propostas a votação, em alternativa. -----

**VOTAÇÃO:** -----

- PROPOSTA C.M.A. - zero votos; -----

- PROPOSTA C.M.A. + PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA - vinte e cinco votos favoráveis (Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Vitor Clemente da Silva, Anabela Nobre, Nuno Lisboa, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Florbela Caixinha, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Luís Reis, Rosário Charrua, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Alberto Saraiva, Helder Sousa, Jorge Vicente, Joaquim Vieira e Francisco Guerreiro). -----

**Foi aprovada por unanimidade a proposta da C.M.A. com as alterações apresentadas pelo Presidente da Assembleia Municipal.** -----

Antes de passar ao ponto seguinte, os Membros, Nuno Lisboa, Vítor Vieira e Carlos Santos, ausentam-se da sala por pertencerem aos corpos sociais da AHSA. -----

### **PONTO DECIMO**

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da constituição do direito de superfície a favor da AHSA - Associação Humanitária de Solidariedade de Albufeira de uma parcela de terreno, sita nos Calijos, nos termos da alínea i) do n.º2 do art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Carlos Lima - "O terreno que vai ser cedido é aquele que fazia parte da Urbanização que foi de cedência à Câmara. Assim não percebo porque é que na informação do Senhor Presidente, vem a dizer que se deliberou proceder à aquisição do prédio rústico sito nos Calijos no valor de trezentos e doze mil euros. Será que isto tem a ver

uma coisa com a outra? É que num lado diz que é a cedência do terreno que foi cedido pela urbanização, mas aqui na informação vem a dizer que se comprou um terreno. Na página quinze." -----

Presidente da Câmara - "Junto à minha proposta de cedência há uma planta onde está identificado o terreno de cedência. Se repararem, há um terreno em branco, que confina com a estrada e com este terreno de cedência e depois com esta zona a nascente. O que a Câmara adquiriu foi, exactamente, o restante terreno. É um terreno que estava aqui encravado entre esta zona de cedência e o eixo viário. Para quê? Para depois a AHSA fazer o complemento, para que o projecto global possa apanhar também este terreno. É um complemento, tendo em conta as valências que a AHSA pretende e de acordo com as indicações que foram dadas pela Direcção Regional de Educação e a Segurança Social, para que seja um projecto que possa apanhar um terreno que é de cedência à Câmara e posteriormente, quando a Câmara adquirir o restante terreno, onde já temos escritura de compra e venda." -----

Carlos Lima - "E o outro também é para ceder? -----

Presidente da Câmara - "Quando a Câmara o adquirir, é para ceder. É um complemento para que a AHSA tenha as condições para responder às questões sociais." -----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -

**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e dois (22) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Vitor Clemente da Silva, Anabela Nobre, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Oliveira, Florbela Caixinha, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Luís Reis, Rosário Charrua, Miguel Mesquita, Alberto Saraiva, Helder Sousa, Jorge Vicente, Joaquim Vieira e Francisco Guerreiro. -----

Ausências: três (03) Nuno Lisboa, Vítor Vieira e Carlos Santos. -----

**A proposta é aprovada por unanimidade dos presentes** -----

O Presidente da Assembleia propõe que os dois pontos seguintes sejam analisados em conjunto e votados separadamente. Ninguém se opôs. -----

#### **PONTO DECIMO PRIMEIRO e DECIMO SEGUNDO**

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da 3ª revisão das Grandes Opções do Plano 2011/2014, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da 3ª revisão do Orçamento para o ano 2011, incluindo o Mapa de Pessoal, nos termos da alínea b) do n.º2 do art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

O Presidente da Assembleia apresenta os pontos e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções, o Presidente da Assembleia coloca os pontos a votação, separadamente. -----



**VOTAÇÃO: 3ª REVISÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2011/2014 -----**

Votos Contra: quatro (04) Vitor Clemente da Silva, Francisco Oliveira, Florbela Caixinha e Luís Reis -----

Abstenções: uma (01) Carlos Lima. -----

Votos a favor: dezassete (17) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Anabela Nobre, Adriano Ferrão, Ana Oliveira, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Helena Simões, Rosário Charrua, Miguel Mesquita, Alberto Saraiva, Helder Sousa, Jorge Vicente, Joaquim Vieira e Francisco Guerreiro. -----

Ausências: três (03) Nuno Lisboa, Vítor Vieira e Carlos Santos. -----

**A proposta é aprovada por maioria dos presentes -----**

**VOTAÇÃO: 3ª REVISÃO DO ORÇAMENTO PARA O ANO 2011, INCLUINDO O MAPA DE PESSOAL -----**

Votos Contra: quatro (04) Vitor Clemente da Silva, Francisco Oliveira, Florbela Caixinha e Luís Reis -----

Abstenções: uma (01) Carlos Lima. -----

Votos a favor: dezanove (19) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Anabela Nobre, Adriano Ferrão, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Helena Simões, Rosário Charrua, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Alberto Saraiva, Helder Sousa, Jorge Vicente, Joaquim Vieira e Francisco Guerreiro. -----

Ausências: uma (01) Nuno Lisboa -----

**A proposta é aprovada por maioria dos presentes -----**

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas nesta sessão da Assembleia. -----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 24:20 horas, de que foi lavrada acta que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 29 de Junho de 2011 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA \_\_\_\_\_

A SEGUNDO SECRETÁRIO \_\_\_\_\_